



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008761-95.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inadimplemento**
 Requerente: **São Carlos Lazer Esportivo Sociedade Simples**
 Requerido: **Tamara Pereira de Andrade**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

SÃO CARLOS LAZER ESPORTIVO SOCIEDADE SIMPLES, qualificado na inicial, ajuizou AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL c/c COBRANÇA e pedido de TUTELA ANTECIPADA em face de TÂMARA PEREIRA DE ANDRADE, também qualificada na inicial, alegando manter junto a *Fazenda do Urso* um estabelecimento voltado para atividades esportivas, *Centro Hípico Damha*, que realiza serviços de hospedagens e trato de animais mediante locação de baias e piquetes em regime de pensionato; a ré teria contratado os serviços prestados pelo autor, contrato celebrado em 09/04/2015, para trato do animal *Baião USP*, obrigando-se ao pagamento periódico de mensalidades, de que, entretanto, a autora teria tornado-se inadimplente com as parcelas vencidas de Fevereiro/2016 a Julho/2016, totalizando dívida no valor de R\$ 6.688,94, requerendo desta forma, a rescisão do contrato firmado entre as partes e remoção do animal, que ainda encontra-se na fazenda do autor, que a ré seja condenada ao pagamento da importância de R\$ 6.688,94, bem como às parcelas que vencerem ao curso da ação, além do pagamento das custas e honorários de sucumbência.

Designada audiência de conciliação, esta restou infrutífera.

A requerida contesta a ação alegando estar desempregada e fazendo tratamento de saúde, o que a impossibilita de arcar com sua obrigação, oferecendo dar o cavalo *Baião USP*, que é avaliado em R\$ 10.000,00, ao autor para quitar o débito, no mérito, sustenta ser abusivo o valor mensal de R\$ 1.114,00 e que não tem meios de saldar a dívida, requerendo prazo de 30 dias para que possa vender o animal e levantar a possibilitando-lhe saldar a dívida.

Replica a autora impugnando o pedido de assistência gratuita da ré, uma vez que não restou comprovado os requisitos necessários, informando, ainda, que não aceita a oferta de transferência do animal, reiterando no mais os termos da inicial.

É o relatório.

DECIDO.

Preliminar, fica indeferida a justiça gratuita requerida pela ré, uma vez que a declaração de pobreza tem presunção relativa e a não comprovação do alegado estado de pobreza conduz à presunção da possibilidade da parte em arcar com as custas processuais, destacando-se que a ré contratou advogado as suas próprias expensas, não necessitando da Defensoria Pública.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

No mérito, ressalto que a ré não impugna nem contesta o crédito da autora, limitando-se a manifestar protestos de que os valores cobrados seriam abusivos, argumento que, com o devido respeito, não pode ser acolhido, atento a que se cuide aqui de um contrato tratando de serviços relativos a esporte sabidamente oneroso.

É, com o devido respeito, inadmissível possa a ré dizer-se surpresa ou onerada por conta de um valor de aluguel de hospedagem de cavalo de hipismo que ela previamente conheceu e ajustou com a autora.

Imputar à sua condição de saúde o inadimplemento, por sua vez, é argumento que, não obstante possa causar pesar e os mais sinceros desejos de pronta e boa recuperação, não pode ser tomado à guisa de defesa juridicamente válida, eis que “*a validade de uma ordem jurídica positiva é independente de sua concordância ou discordância com qualquer sistema de Moral*” (cf. HANS Kelsen¹).

O inadimplemento é incontroverso, justificado pelas dificuldades financeiras enfrentadas pela ré. Contudo, tal fato não caracteriza força maior capaz de exonerar a parte das obrigações assumidas contratualmente. A propósito do tema, é a jurisprudência: “*APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA CONTRATO DE EMPRÉSTIMO - EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE DESEMPREGO Reconhecido que o autor comprovou, satisfatoriamente, os fatos constitutivos de seu direito - Ré, ora apelante, que, além de não demonstrar o pagamento do débito perseguido na ação de cobrança, a teor do disposto no art. 333, II, do CPC, ainda reconhece sua existência - Hipótese em que a situação de desemprego não exclui a responsabilidade pelo pagamento da dívida reconhecida - Decisão mantida - Apelo improvido* (cf. Ap. nº 0016131-78.2013.8.26.0007 – TJSP - 10/12/2015) ”.

Assim, com relação ao pedido de cobrança, o réu confessa a mora no pagamento das parcelas. Ora, se não impugnou especificamente os fatos narrados pelo autor, de modo que presume-se verdadeiro. Há, a ver desse Juízo, portanto, presumida confissão de veracidade desses fatos, com o devido respeito.

O contrato objeto dos autos tem natureza de contrato de prestações sucessivas, logo a ré deve arcar com o pagamento até a data de rescisão do contrato, sendo devidas as parcelas até esta data. Logo, não efetuado o pagamento na data designada, de rigor sua inclusão na condenação.

No mais, o contrato acostado à inicial, dá conta de permitir a este Juízo o acolhimento da demanda, somado, ainda, à falta de impugnação específica

Sendo assim, é de rigor a procedência da ação quanto ao pedido de cobrança, que deverá incluir não apenas o valor do pedido, de R\$ 6.688,94, referente às parcelas vencidas em fevereiro, março, abril, maio, junho e julho de 2016, e também os valores vencidos após a propositura da ação até que o animal que pertence a ré seja retirado do estabelecimento da autora, tudo com correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data dos respectivos vencimentos, como ainda responder pela sucumbência com honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação. Caberá, por fim, à ré a retirada do animal do estabelecimento da autora, às suas próprias expensas.

¹ HANS Kelsen, *Teoria Pura do Direito*, Martins Fontes, SP, Página 72/3.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que DOU POR RESCINDIDO o Contrato de Guarda e Tratamento de Animais em Regime de Pensionato, para cuidado e guarda do animal *Baião USP* firmado pela autora SÃO CARLOS LAZER ESPORTIVO SOCIEDADE SIMPLES com a ré TÂMARA PEREIRA DE ANDRADE e CONDENO a ré TÂMARA PEREIRA DE ANDRADE a pagar a importância de 6.688,94, referente às parcelas vencidas em fevereiro, março, abril, maio, junho e julho de 2016, e também os valores vencidos após a propositura da ação até que o animal que pertence a ré seja retirado do estabelecimento da autora, tudo com correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data dos respectivos vencimentos, como ainda a retirada do animal do estabelecimento da autora, às suas próprias expensas, CONDENO a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado

Publique-se Intimem-se.

São Carlos, 28 de setembro de 2017.

Vilson Palaro Júnior

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**